CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

Ao décimo terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, reuniram-se os membros do Fórum Permanente de Educação e do Conselho Municipal de Educação de Caraguatatuba, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, sediada na Avenida Rio de Janeiro, n. 860, Indaiá, em Caraguatatuba-SP, para a realização de reunião ordinária conjunta. A reunião foi conduzida pela presidente do CME e coordenadora do Fórum Permanente de Educação, Paula de Campos Bueno, que deu as boas-vindas a todos e explicou o motivo da junção excepcional dos dois colegiados: a entrega oficial do Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação (2015-2026). Registraram-se as seguintes presenças: Sara Emanuely Benatto Santos, Sandra Nascimento de Oliveira Silva, Camila Pimentel Machado Gonçalves, Paula de Campos Bueno, Priscila Souza Giorgeti Vieira, Mayra de Andrade Medina, Wanda Cristina de Oliveira, Alberto Tsuneyti Aleixo Ueda, Bárbara Fernandes Marques Zamorano, Paloma Aparecida de Souza da Silva, Marcella de Cassia de Jorge Lopes e Reinaldo Daniel Cabral. A coordenadora Paula de Campos Bueno iniciou a reunião fazendo uma explanação sobre a trajetória de construção do documento de monitoramento do PME. Apresentou o relatório com as seguintes considerações: *"Instituído pelo Decreto Municipal nº 473/2016, empossado pelo Decreto Municipal nº 584/2016 e atualizado pelo Decreto Municipal nº 805/2017, o Fórum Permanente de Educação de Caraguatatuba não registrou ações de monitoramento do Plano Decenal de Educação do município até o ano de 2024. Nesse período, mediante monitoramento do Conselho Municipal de Educação de Caraguatatuba, foram solicitadas a reestruturação e a retomada do colegiado, para que voltasse a exercer sua função fundamental de monitoramento na composição do Sistema Municipal de Educação. O Decreto Municipal nº 2.053/2024 atualizou a composição do colegiado, que retomou, no mesmo período, suas ações organizacionais e de monitoramento. O Decreto Municipal nº 2.291/2025 trouxe nova atualização de composição, e o grupo reestruturado passou a realizar, em ação contínua, o levantamento dos dados e indicadores do território ao longo da série histórica 2015-2026 do Plano Municipal de Educação. Diante do desafio de localizar os indicadores do território, em agosto de 2025 membros do colegiado participaram de formação promovida em cooperação com o Ministério da Educação para a Elaboração dos Planos Decenais, o que os instrumentalizou com informações sobre a busca e a análise de dados. Essa formação possibilitou a realização mais eficiente e efetiva do monitoramento ao longo da série histórica proposta. O relatório aqui apresentado foi elaborado a partir dessa trajetória, por meio de grupos de trabalho que se reuniram mensalmente e, em determinados períodos, quinzenalmente, para sua construção. Como instância de governança democrática que compõe o sistema municipal, prevista pela Lei Complementar nº 220/2025 — que institui o Sistema Nacional de Educação —, o Fórum Permanente de Educação de Caraguatatuba reafirma seu compromisso com as políticas públicas educacionais no território."* Paula destacou as dificuldades enfrentadas para obtenção dos dados, ressaltando que esse processo deverá ser facilitado nos próximos ciclos, uma vez que o monitoramento será feito a cada dois anos, com mais tempo e utilizando as plataformas de consulta que estão sendo organizadas. Informou ainda que a construção do novo PME já teve início, com duas reuniões realizadas pela Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação, e que o documento de monitoramento ora apresentado, em conjunto com o Plano Nacional de Educação, está sendo utilizado como

ponto de partida para a elaboração do novo PME. Mayra de Andrade Medina destacou a importância da construção coletiva do PME e da necessidade de chamar efetivamente a rede para participar desse processo, e não apenas de forma protocolar, como costuma ocorrer as audiências públicas no município. Paula ressaltou, ainda, a importância do orçamento para o cumprimento das metas e a implementação de políticas públicas, mencionando a descontinuidade do aumento orçamentário até 10% do PIB, iniciada a partir das PEC do teto de gastos em 2016, bem como o não encaminhamento dos recursos do pré-sal para a educação, pauta que esteve no debate público. Tania Cristina Lemes Soares Focesi, membros do Fórum Permanente de Educação, complementou abordando a dificuldade de execução orçamentária na administração pública, com destaque para os processos de pregão, e ressaltou que essa situação tem se tornado ainda mais desafiadora com a exigência do Plano Anual de Contratações (PAC). Reinaldo Daniel Cabral, por sua vez, afirmou que esses mecanismos representam um maior controle e transparência dos gastos públicos, e completou mencionando as formações oferecidas pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, que têm contribuído para o aprimoramento da gestão fiscal. Finalizados esses pontos, a coordenadora Paula de Campos Bueno dispensou os membros do Fórum Permanente de Educação e solicitou que permanecessem apenas os membros do Conselho Municipal de Educação para deliberação específica do colegiado sobre realização de reunião extraordinária no corrente mês para tratamento de demandas existentes. Ficou acordado pelo pleno a realização de reunião extraordinária em vinte e seis de agosto do corrente ano. A presidente do colegiado agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Nada mais constando, eu, Paula de Campos Bueno, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos.